

Saindo das trevas

Ex-dirigentes da guerrilha do Movimento de Izquierda Revolucionaria (MIR) contam como e por que foi decidido o sequestro do empresário Abílio Diniz em 1989

CLAUDIO CAMARGO E ALAN RODRIGUES, DE SANTIAGO

O Tavelli Café é um simpático restaurante localizado no sofisticado bairro de Providência, em Santiago. A reportagem de ISTOÉ foi avisada de que seria lá a entrevista com o sociólogo Patricio Rivas, assessor do Ministério da Educação. Dez anos atrás, como dirigente do Movimento de Izquierda Revolucionaria (MIR) chileno, Rivas foi um dos responsáveis pela decisão de sequestrar o empresário Abílio Diniz, do Grupo Pão de Açúcar. A impressão inicial foi a de estar entrando numa máquina do tempo e revivendo o clima dos “pontos”, nome dos encontros clandestinos que os militantes da esquerda latino-americana faziam para burlar a repressão. Rivas aparece na hora combinada. “Nunca havíamos nos visto antes – ele tinha uma descrição nossa fornecida por uma pessoa que não esperávamos para o encontro, um “companheiro”, esclarece Rivas. Era

Manoel Gahona que, como ele, integrava o Comitê Político (direção) do MIR na década de 80. O clima de clandestinidade se desfaz com a fala mansa de Rivas. “A decisão de sequestrar Diniz foi tomada quase um ano antes pelo MIR e pelas Forças Populares de Libertação (FPL, uma das facções da então guerrilha de El Salvador)”, lembra. Tratava-se de uma ação para arrecadar cerca de US\$ 30 milhões e financiar a “ofensiva final” dos guerrilheiros salvadorenhos contra o governo, no fim de 1989. O sequestro ocorreu em São Paulo no dia 11 de dezembro daquele ano, pouco antes do segundo turno das eleições presidenciais em que Lula seria derrotado por Collor. Em quatro dias, a polícia descobriu o esconderijo, libertou o empresário e prendeu os sequestradores – cinco chilenos, dois ca-



“A escolha do Brasil como teatro de operações e a definição do alvo (Diniz) foram feitas pela guerrilha salvadorenha”

Manoel Gahona,
ex-dirigente do MIR

nadenses, dois argentinos e um brasileiro –, depois condenados a penas de 26 a 28 anos de cadeia. Nesta segunda-feira 13, os presos, que estão na Penitenciária do Carandiru (SP), entraram em greve de fome reivindicando a expulsão para seus países e o indulto do governo brasileiro (leia reportagem à pág. 110).

“O sequestro foi decidido num contexto nacional e internacional que mudaria radicalmente quando a ação foi levada a cabo”, analisa Rivas. “No momento em que se optou por aquela alternativa, vivíamos no Chile sob a ditadura do general Pinochet. Mas quando o sequestro ocorreu, já estávamos num processo de transição à democracia e o próprio MIR em fase de legalização”, lembra. “Mas nós acreditávamos que a luta dos guerrilheiros em El Sal-

vador estava a ponto de triunfar. Além disso, nós tínhamos um compromisso moral com os salvadorenhos”, justifica o sociólogo. Ao ser indagado do porquê de uma ação terrorista dessa natureza ter como alvo o Brasil no exato momento em que se realizava a primeira eleição presidencial direta do País em três décadas e na qual a esquerda, através do PT, tinha chances eleitorais, o ex-dirigente mirista faz uma expressão de desalento. “Ninguém pode negar que essa ação foi profundamente equivocada. Ela trouxe danos ao processo brasileiro. E também aprendemos a duras penas que os revolucionários jamais devem utilizar o sequestro como forma de luta. É uma questão ética e moral”, pontifica hoje o antigo dirigente esquerdista. O aparentemente sisudo Manoel Gahona, que até então apenas ouvira nossa conversa, interveém na entrevista: “Creio que nos faltou a

